

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: folha de São Paulo

Class.: _____

Data: 11/01/90

Pg.: A-2 e A-10

Guerra na selva

Paulino Viapiana

BRASÍLIA — A briga que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, vem alimentando com a Procuradoria Geral da República em torno da posse das terras dos índios ianomami, em Roraima, está apenas começando. Ramos é um intransigente defensor de suas idéias jurídicas e interpretações constitucionais e adora uma boa discussão sobre o assunto. Neste caso, o ministro pode ganhar no parlatório, mas já tem uma derrota a contabilizar.

Ao determinar a transferência dos garimpeiros que ocupam irregularmente a reserva dos ianomami para uma área que também pertence aos índios, Saulo Ramos descumpriu uma decisão da Justiça. O ministro tem todo o direito de questionar se as terras pertencem ou não aos índios e se nelas é permitido ou não instalar garimpeiros, mas não poderia, por imposição da função, dar de ombros a uma determinação judicial.

Ao tempo em que era consultor-geral da República, Saulo Ramos revelou-se um incansável crítico do Congresso constituinte. Não gostava do que estava sendo produzido ali e fez pareceres que ficaram famosos pela acidez com que fustigava o conhecimento jurídico dos

parlamentares-constituintes. Mas foi dali que saiu uma Constituição que confere poderes à Procuradoria Geral da República para defender os direitos dos índios.

A Procuradoria tomou o caminho certo, foi à Justiça e conseguiu a liminar que manda a União reintegrar a posse total da terra aos ianomami. Saulo Ramos busca um atalho. Diz que os garimpeiros vão para uma floresta nacional, onde é permitida a exploração racional. Só que a floresta foi considerada ilegal pela Justiça, exatamente porque ocupa a área dos índios.

O ministro tem preocupações, é verdade. Quer garantir os direitos dos índios, mas não quer problemas com os garimpeiros. O governo a que serve já tem problemas demais com o meio ambiente e com a questão indígena na Amazônia. As pressões externas têm sido mais fortes que a prudência e o governo Sarney acabou atolado em sua própria ineficiência e desespero. Talvez resida aí a pressa do ministro Saulo Ramos em resolver o problema, mesmo que isso implique em atropelar a Justiça.